

## **PROGRAMA ESTUDANTE CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) : DE UM PROGRAMA DA DÉCADA DE 1960 PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL**

Joana de Barros **Amaral** – ME

Stela Maria **Meneghel** – INEP

### **Resumo**

O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) é o mais antigo mecanismo de cooperação educacional promovido pelo Brasil. Ele organiza, desde 1965, a entrada de estudantes estrangeiros no país tendo passado, em quase 50 anos de existência, por diversas mudanças junto às Instituições de Educação Superior (IES) e órgãos gestores. Este artigo tem por objetivos: (i) caracterizar o PEC-G e suas alterações ao longo do tempo; (ii) traçar o perfil dos participantes e de sua trajetória no Programa; e (iii) fazer uma reflexão sobre o potencial de contribuição do PEC-G para as IES brasileiras no atual cenário de internacionalização da Educação Superior. Os dados apresentados foram sistematizados a partir de informações obtidas junto aos órgãos coordenadores do Programa: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores (DCE/MRE). Os resultados revelam a dimensão do programa: idade e origem dos estudantes, cursos e IES mais demandados, quantitativo de diplomados e de sucesso de integralização, tempo médio de conclusão.

**Palavras-chave:** PEC-G, cooperação educacional, internacionalização.

## **PROGRAMA ESTUDANTE CONVÊNIO DE GRADUAÇÃO (PEC-G) : DE UM PROGRAMA DA DÉCADA DE 1960 PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL**

### **1. Introdução**

Na última década, o tema da internacionalização e da mobilidade estudantil na educação superior (ES) ganharam importância e destaque no Brasil. Azevedo e Catani (2012) indicam que ambas ocorrem em meio a um discurso sobre solidariedade internacional, ao mesmo tempo em que de um mercado internacional da educação e do

conhecimento, sendo estes conceitos contraditórios. É neste contexto que ocorre o debate e precisam ser compreendidas iniciativas recentes de internacionalização da ES por meio da mobilidade de estudantes - como, por exemplo, o Programa Ciência Sem Fronteiras<sup>1</sup> (CSF), que limitou a mobilidade a áreas prioritárias na aposta em um dado modelo de desenvolvimento, mas corre o risco de aglutinar possibilidades econômicas que não necessariamente contribuem para a qualidade da ES no país. (AZEVEDO e CATANI, 2012).

A atualidade do tema tem exposto a falta de conhecimento sobre as iniciativas que o Brasil desenvolve em termos de cooperação internacional no campo educacional<sup>2</sup> e sobre outros programas brasileiros de mobilidade estudantil na ES, como o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados (MARCA)<sup>3</sup>. Este artigo tem por foco analisar a origem e histórico do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), criado como instrumento de cooperação educacional brasileira em 1965, no contexto da ‘ajuda’ internacional do pós-guerra. Os dados apresentados sistematizam informações obtidas junto à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e à Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores (DCE/MRE), órgãos coordenadores do Programa.

O texto apresenta, inicialmente, as características e objetivos do PEC-G enquanto programa de cooperação educacional identificando, ao longo de sua trajetória, seus principais marcos normativos. Na sequência são apresentados dados do perfil dos participantes do PEC-G (origem, idade, cursos e instituições com maior interesse) e números reveladores de sua dimensão: quantitativo de diplomados, sucesso de integralização e tempo médio de conclusão. A partir deste cenário são feitas reflexões sobre as mudanças e contribuições do PEC-G ao longo do tempo e sobre seu potencial, em um contexto que compreende os programas de mobilidade como estratégia de

---

<sup>1</sup> O Ciência em Fronteiras (CSF), criado em 2012, prevê 110 mil bolsas de mobilidade de estudantes, principalmente das áreas de Engenharia, Biotecnologia e Saúde para instituições da Europa e América do Norte em nível de graduação, doutorado e pós-doutorado entre os anos 2013 a 2016. Site: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Consulta em 17 de março de 2015.

<sup>2</sup> Estas iniciativas abarcam tanto programas de cooperação técnica quanto o apoio para cursos brasileiros terem dupla diplomação. Um panorama destes programas pode ser encontrado no Portal do MEC: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20717&Itemid=1319](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20717&Itemid=1319). Consulta em 29 de março de 2015.

<sup>3</sup> Sobre o histórico e benefícios do MARCA ver José Maria Souza Júnior: *Intercâmbio Universitário no âmbito do Mercosul: o programa MARCA*. **Fronteira**, v.8, N.15, 2009.

internacionalização, de apoiar uma política que potencialize a cooperação científica brasileira.

## **2. O Programa Estudante Convênio de Graduação: origem e características**

Neste item apresentaremos as motivações para a criação do PEC-G, em 1965, bem como suas principais características enquanto programa de cooperação educacional. Antes, porém, esclarecemos brevemente alguns procedimentos metodológicos e fontes dos dados utilizados na construção das análises.

### **2.1 – Procedimentos Metodológicos – alguns apontamentos**

A coleta e análise de dados utilizou-se das abordagens quantitativa e qualitativa, em função da necessidade de reunir dados que permitissem compreender o objeto de estudo de uma perspectiva macro e longitudinal, ao mesmo tempo em que alguns de seus processos (CRESWELL, 2007). Como fontes primárias de dados utilizamos as instâncias gestoras do PEC-G, que reúnem todas as informações existentes sobre ele: Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) e Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores (DCE/MRE).

Os dados qualitativos constam da legislação<sup>4</sup> produzida ao longo do período para regulamentar o programa, elaborada conforme a necessidade de normatizar ou indicar mudanças nas atribuições do diferentes atores institucionais dele participantes (instituições de ES – IES; embaixadas dos países interessados; órgãos de Estado). Além disso, foram realizadas entrevistas com os gestores do programa.

Os dados quantitativos derivam de planilha, fornecida pela SESu/MEC, que condensa 45 anos de informações sobre os participantes do programa, considerando: *ano de ingresso, resultado (formado, transferido, desligado), ano do resultado, IES do curso, país de procedência*. A análise da planilha constatou que esta não estava completa (faltam dados sobre os cinco primeiros anos do programa), e contava com diversas repetições e não tenha sido atualizada regularmente, conforme informaram gestores e dirigentes do MEC. Não obstante, esta planilha consiste na única fonte de dados com registros históricos.

### **2.2 – Histórico e características do PEC-G**

---

<sup>4</sup> Tanto os documentos mais antigos quanto os mais recentes (em vigor) foram obtidos na DCE/MRE e estão em sua página: [www.dce.mre.gov.br](http://www.dce.mre.gov.br).

Segundo a página da Divisão de Temas Educacionais, para o governo brasileiro o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) trata-se de uma:

Iniciativa de cooperação, prioritariamente entre países em desenvolvimento, com o objetivo de formar recursos humanos e possibilitar a jovens dos países com os quais o Brasil possui acordos educacionais ou culturais o acesso a cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. (DCE, 2014)

Esta definição denota o conceito do Programa, focado na oferta de vagas para indivíduos, e não na cooperação entre instituições. Estes objetivos são indicativos de que o PEC-G está fundamentado na concepção de *ajuda* à formação de profissionais de alguns países; não explicita, porém, se esta também envolve *cooperação* para que os países criem condições para formar, cada vez mais, seus próprios profissionais.

Cabe destacar, aqui, a diferença entre o conceito de ajuda e de cooperação educacional. A utilização de parâmetros de “Ajuda ao Desenvolvimento” remete à concepção oriunda do pós-guerra (LEOST, 2010) e se fundamenta no assistencialismo. Neste caso específico, ao invés de doações são oferecidas oportunidades de estudo. A concepção de cooperação horizontal, ou cooperação Sul-Sul, foi adotada pelo governo brasileiro como estratégia em muitas áreas de atuação como saúde, agricultura, direitos humanos, entre outros. A cooperação brasileira prega dois princípios: solidariedade e corresponsabilidade. O primeiro estabelece as bases não comerciais e não lucrativas das ações envolvidas, a ausência de condicionalidade, a identidade entre as partes e as ações pautadas no interesse comum. O princípio da corresponsabilidade fundamenta a ausência de assistencialismo ou paternalismo, bem como a defesa da autonomia pelo fortalecimento institucional, apropriação e domínio (*ownership*) e responsabilidade (*accountability*) (AYLLON e SURASKY, 2010:7).

Mas qual a origem do PEC-G?

O programa foi criado em 1965, no contexto da crescente migração de estrangeiros para o Brasil. Sobre este período, a página oficial do Itamaraty destaca que o aumento de estrangeiros no país trazia consequências “*para a regulamentação interna de seu status, necessidade de unificar as condições de intercâmbio estudantil, e a*

*garantia de tratamento semelhante aos estudantes pelas universidades*” (MRE, 2014)<sup>5</sup>. Ao longo do tempo, o programa passou por diversas modificações, algumas das quais destacaremos a seguir, indicando a dificuldade de construir uma identidade própria.

Em 1974, com o início da vigência do Segundo Protocolo, houve alteração da coordenação do PEC-G, que ficava praticamente a cargo do MRE (o MEC atuava de maneira muito tímida junto às IES), e a responsabilidade sobre transferência de cursos e transferências externas passou a ser atribuição das instituições<sup>6</sup>. Além disso, foi ampliado o escopo dos países participantes, inicialmente restrito aos países latino-americanos.

Em 1986 o Programa era coordenado pela CAPES; naquele momento foi assinado um terceiro Protocolo que definiu limites para a conclusão dos cursos de graduação - algumas universidades não impunham deste tipo de regulamentação, de forma que o tempo de permanência dos estudantes era indefinido. O quarto Protocolo, assinado em 1993, passou a coordenação do PEC-G da CAPES para a SESu/MEC. Em 1998 foi publicado o quinto Protocolo, que deixou mais claras as exigências e atribuições dos estudantes, bem como de alguns atores institucionais.

- a) Desvio do enfoque no modelo balcão para o modelo negociado (parágrafo único da cláusula I, §§ 2º e 3º da cláusula 6 e parágrafo único da cláusula 7);
- b) participação das IES no PEC-G por meio de Termo de Adesão (cláusula 5);
- c) participação da SESu na etapa final do processo seletivo, assessorada por uma comissão indicada pelo Fórum de Pró-Reitores de Graduação (cláusula 8);
- d) obrigatoriedade de aprovação no exame do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (cláusula 9);
- e) recebimento do diploma junto à Embaixada brasileira (cláusula 24);
- f) Manual do Estudante-Convênio também com função regulamentadora (cláusula 27). (MANUAL DO PEC-G: 10).

O quinto Protocolo ficou em vigor até 2013, quando foi publicado o Decreto N° 7.948, que regulamenta o Programa atualmente. O Decreto extinguiu o único parágrafo que vinculava a abertura de vagas de acordo com projetos nacionais de desenvolvimento de cada país, ou seja, que exigiu inscrições para além do interesse individual dos estudantes:

---

<sup>5</sup> Página web da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores. [www.dce.mre.gov.br](http://www.dce.mre.gov.br). Consultado em 23 de março de 2013.

<sup>6</sup> Manual do PEC-G disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/CelpeBras/manualpec-g.pdf> - Consultado em 26/03/2013

Parágrafo único - O PEC-G dará prioridade aos países que apresentem candidatos no âmbito de programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e os países interessados, por via diplomática.

Assim, o decreto em vigor define o Programa como:

(...) conjunto de atividades e procedimentos de cooperação educacional internacional, preferencialmente com os países em desenvolvimento, com base em acordos bilaterais vigentes e caracteriza-se pela formação do estudante estrangeiro em curso de graduação no Brasil e seu retorno ao país de origem.<sup>7</sup>

Atualmente a coordenação do Programa está na Sesu/MEC, com grande parte da sua organização a cargo da Divisão de Temas Educacionais do Itamaraty (DCE/MRE). As Embaixadas brasileiras nos países participantes são responsáveis pelo estabelecimento da comunicação com os estudantes, desde a divulgação e esclarecimentos sobre a inscrição e participação no programa até a entrega dos diplomas aos egressos. A inscrição é realizada por meio do sítio web da DCE; neste momento o estudante define os cursos de interesse. É fundamental o apoio das Embaixadas, que organizam e enviam todos os documentos para o Brasil, além de fornecer orientações gerais sobre o processo.

A análise dos documentos, que define a seleção, é anualmente realizada em Brasília por uma “Comissão de Seleção” que conta com representantes das seguintes organizações: Fórum de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras (FORGRAD); Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais (FAUBAI) e Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis<sup>8</sup>. As IES tomam contato com os estudantes aprovados apenas quando recebem os nomes dos candidatos selecionados para a matrícula. Este fluxo do acesso às vagas e IES participantes do PEC-G, explícito na documentação e entrevistas, revela que o programa não está organizado de forma a propiciar o diálogo entre alguns dos principais interessados no seu sucesso - IES e estudantes<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d7948.htm) Acesso em 23/03/2013.

<sup>8</sup> Conforme os termos da Portaria SESu/MEC Nº 510, de 21 de agosto de 2006. No entanto, existem outras experiências de seleção feita diretamente pela Universidade, como no caso da VUNESP em Angola ou da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

<sup>9</sup> Este tema é trabalhado por Amaral (2013).

Diante do descrito, torna-se claro que o PEC-G funciona embasado em uma concepção que não dá suporte à cooperação educacional conforme compreendida pelos programas mais recentes, qual seja, de promoção de intercâmbio e de construção de conhecimento de forma cooperada, articulando interesses.

Apesar das sucessivas revisões pelas quais passou ao longo do tempo, o PEC-G afirmou seu foco na oferta de vagas para formação de graduação do estudante conforme seu interesse individual (foi retirado, no Decreto 7.948/2013, a abertura para demandas dos países). As mudanças nos Protocolos, e mesmo o Decreto atual, embora se refiram a aspectos gerenciais do Programa, mantém a distância de decisões importantes as IES, principais agentes da cooperação que poderiam conferir ao programa o caráter de cooperação acadêmica e científica. E as diversas migrações de coordenação entre diferentes instâncias<sup>10</sup> denota dificuldade de estabelecer e embutir, nos seus objetivos, uma concepção mais robusta e adequada à cooperação educacional.

### **3. Internacionalização da Educação Superior e Cooperação Educacional – apontamentos sobre a cooperação Sul-Sul.**

A internacionalização da educação está relacionada, em muitas definições, a processos de globalização e de mercantilização da educação, mais evidentes no campo da educação superior. No modelo central de internacionalização, o tema é abordado no projeto institucional da universidade, em uma concepção estrutural. Já no modelo periférico, as IES apenas incluem algumas atividades internacionais (WITT apud MOROSINI, 2006).

Entre as várias concepções de internacionalização descritas por Morosini (2006), a de Bertell incorpora no conceito o acolhimento de estudantes-convênio nas universidades, além de projetos internacionais de pesquisa, avaliação de programas de pós-graduação, parcerias interuniversitárias, bolsas sanduíche, entre outros aspectos. No entanto, no campo da mobilidade estudantil, a internacionalização ganha destaque somente com a saída de estudantes brasileiros para o exterior, para estudos de curta duração - mestrado, doutorado e pós-doutorado. Além disso, o tema está direcionado para a relação entre o Brasil e os países centrais - Europa e Estados Unidos.

---

<sup>10</sup> Manual do PEC-G disponível em

[https://www.ufpe.br/proacad/images/pec\\_g/pecg\\_manual%20e%20protocolo%20em%20vigor.pdf](https://www.ufpe.br/proacad/images/pec_g/pecg_manual%20e%20protocolo%20em%20vigor.pdf) – Consultado em 27/3/2015.

Pouco se produz e conhece, portanto, sobre os programas de acolhimento de estudantes estrangeiros no Brasil e a relação das universidades brasileiras com as IES dos países do Sul. No âmbito da internacionalização e a cooperação educacional em nível de pós-graduação, Morosini avalia que as relações Sul-Sul são uma tendência, com o estabelecimento de acordos com organismos multilaterais como a CPLP, ou por meio de programas como o ProÁfrica, desenvolvido pelo CNPq (MOROSINI, 2011: 105). Em nível de graduação, o mais expressivo programa de mobilidade internacional é o Ciências Sem Fronteiras, cujo objetivo é “promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional”<sup>11</sup>. Até o momento foram concedidas 61.534 bolsas de graduação *sandwiche* a diversas IES do exterior, consideradas as “melhores instituições disponíveis, prioritariamente entre os mais bem conceituados para cada grande área do conhecimento de acordo com os principais rankings internacionais.”<sup>12</sup>.

Do ensino básico à cooperação acadêmica, a educação é apresentada nos programas de cooperação como uma ferramenta de formação de profissionais capazes de contribuir com o desenvolvimento de seus países. Este pode estar atrelado ao crescimento econômico, com a incorporação de mão de obra qualificada nos espaços de produção, e como apoio à transformação social, onde o conhecimento é produzido e para melhoria da qualidade de vida das pessoas, por meio de políticas públicas e ações em todas as esferas da sociedade.

Grande parte da cooperação educacional do Brasil com o Sul se faz com países africanos. Lopes (2008) explica a cooperação em educação superior com a África, por meio de algumas perguntas:

Que tipo de apoio deve ser dado para as Universidades? Quais são os vícios de forma que já existem nas experiências de cooperação até o momento? Qual é a evolução da procura nas universidades em África, ou do sistema universitário africano? Qual é o papel estratégico que nós pensamos que as universidades devem ter em África? (LOPES, 2008:61).

---

<sup>11</sup> O PCSF foi implementado pelo Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia, por meio de suas autarquias CAPES e CNPq, respectivamente. <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>.

<sup>12</sup> Idem

O autor responde com base na evolução histórica da cooperação em educação superior. Em um primeiro momento, nas décadas de 60 e 70, com o apoio de fundações americanas e com a chancela da UNESCO, houve um impulso para a consolidação das universidades africanas. Ações como estas eram, segundo o autor, de caráter pontual. Após este período, houve um segundo momento de contestação do papel da universidade, sob o principal argumento de que a taxa de retorno da educação superior não era tão alta quanto a da educação básica (LOPES, 2008:61).

A partir de então, e com o apoio mais ostensivo do Banco Mundial, a cooperação passou a se concentrar quase integralmente na educação básica, deixando a educação superior desassistida. Estas políticas, incorporadas de maneira generalizada pelas agências de cooperação, se coadunavam com dois processos paralelos: por um lado, a formação básica possibilitava a geração de uma população capaz de trabalhar no sistema de produção neoliberal proposto nos Planos de Ajuste Estruturais, também criados pelo Banco Mundial e FMI, por outro, os cargos de direção de empresas, ONGs de cooperação, fundações e outras instituições de apoio ao desenvolvimento, instaladas nos países receptores, seriam ocupados não por profissionais locais, mas por estrangeiros “especialistas” provenientes dos países doadores (LOPES, 2008:60; LEOST, 2010; KABUNDA, 2009).

Para as universidades africanas o período das décadas de 1980 e 1990 foi avassalador. Ao deixarem de receber apoio por parte dos países desenvolvidos, deixaram de ser reconhecidas como interlocutoras estratégicas por seus próprios governos, sendo retiradas da linha de investimento nacional (Lopes, 2008: 63). A perda de recursos e de valorização da universidade fez com que a migração para fins de estudo fosse um imperativo para o desenvolvimento pessoal, das famílias e dos países em desenvolvimento.

A migração de jovens qualificados para fins de estudo e trabalho, conhecida como êxodo de cérebros é, para Costa (2009):

(...) um fenômeno complexo e com múltiplas causas. Se muitas se prendem à situação de desenvolvimento em que o país se encontra (em termos de empregos e níveis salariais, por exemplo), outras se relacionam com a qualidade do trabalho que aí podem ou não realizar. Outras, ainda, prendem-se, como já se mencionou, com a concorrência internacional em termos de captação de recursos humanos

qualificados para as universidades e para o mercado de trabalho onde se inserem as próprias agências de desenvolvimento internacionais e nacionais. (COSTA, 2009:132)

Para Lopes parece óbvio que, diante das décadas em que se assistiu à fuga de cérebros, as universidades africanas deveriam assumir um protagonismo na formação dos jovens de seus países (LOPES, 2008: 63). E apesar da história da cooperação entre as IES latino-americanas ser distinta, é fato que também elas passaram por grande êxodo de cérebros, cabendo aos países da região rever suas estratégias. Afinal, o que eles pretendem quando buscam e promovem cooperação educacional? E que relações devem ser estabelecidas no contexto de globalização da educação superior?

Globalização da educação superior pode ser vista como parte da internacionalização. Globalização implica tornar a educação superior como atividade internacional e multicultural para se adequar as demandas de um mercado de trabalho global, centrado na produção de conhecimento. (...) Em outras palavras, dentro deste ponto de análise, instituições de educação superior incorporam meios de funcionamento na base de operações do setor corporativo. (VARGUESE, 2008:10)

Para além das demandas do mercado, a cooperação sul-sul, em especial a educacional e acadêmica, tem grande potencial para avançar no sentido que aponta Morosini:

“(...) a produção conjunta de conhecimento é a forma mais elaborada de cooperação. Via de regra, antes da realização dessa produção, é necessário que outros laços tenham sido construídos para que existam equipes de ambos os lados para a realização do projeto de pesquisa.” (MOROSINI, 2011: 104)

#### **4. Caracterização dos estudantes do PEC-G**

##### **4.1 – Origem**

A Planilha Geral do PEC-G, disponibilizada pelo MEC, indica que o PEC-G registrou 8.421 estudantes, no período de 1972 a 2011, sendo 4.258 africanos, 4.191 latinoamericanos e 8 de outras regiões (85 não tem esta informação). O Gráfico 1 apresenta a sua distribuição ao longo do tempo, indicando a significativa diminuição de latinoamericanos a partir da segunda metade da década de 1990 - em 1996 havia 243 latino-americanos; em 2005 apenas 95. Por outro lado, passa a ser expressiva a entrada

de estudantes africanos a partir de 1990, quando salta de 51 para 356 estudantes em 1996.

O número de latino-americanos varia de maneira mais suave durante as décadas de 1970 a 2010, enquanto que a quantidade de africanos varia de maneira mais acentuada, com dois picos centrais, na metade da década de 1990 e na metade da década de 2000.

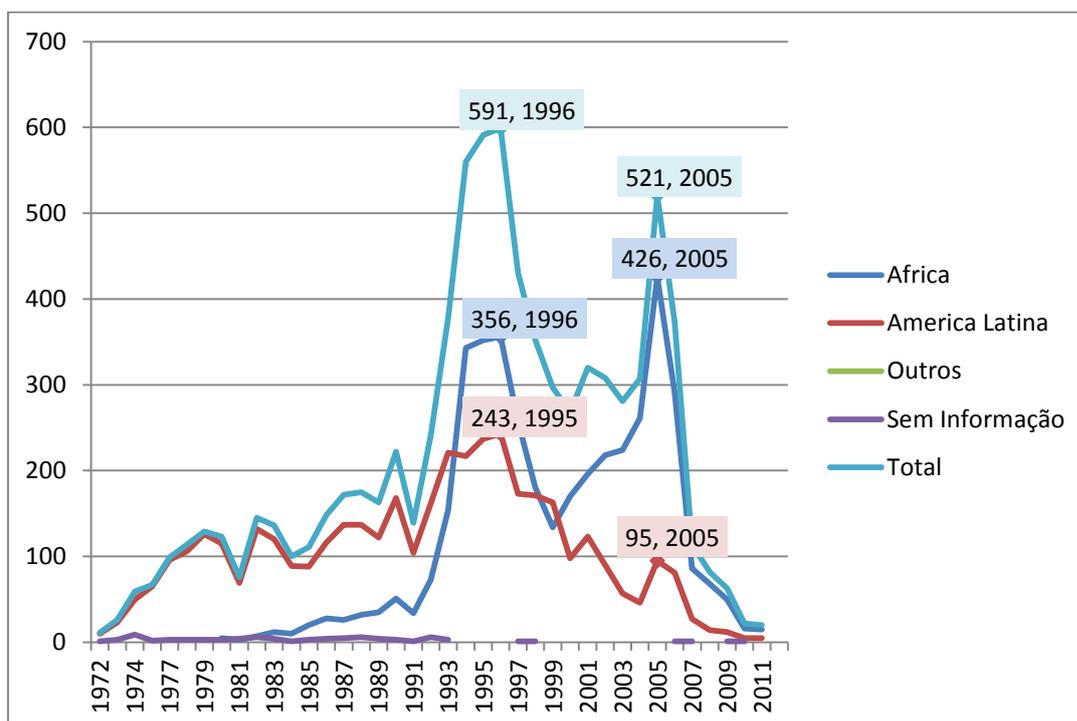


GRÁFICO 1: Estudantes africanos e latino americanos no PEC-G - 1972 a 2011

Na década de noventa, quando ocorre o expressivo aumento da entrada de estudantes africanos no PEC-G, as relações Brasil e África passaram um período de muitas transformações. Ribeiro (2009) explica que, com o fim da Guerra Fria e o aumento da interdependência entre os países, houve uma corrida para uma maior projeção internacional, em um contexto globalizado. Entre a gestão do ex-presidente Collor e o ex-presidente Itamar Franco, “o sistema internacional passou a operar na forma de polaridades indefinidas, impondo ao Itamaraty a necessidade de construir, com rapidez e urgência, novas estratégias para inserção internacional do país” (Ribeiro, 2009: 289). O Brasil buscou neste momento, por meio de sua política externa, ter maior presença em outros países; em função disso passou a incluir em sua agenda, ainda que de maneira tímida, os novos Estados africanos.

Somado ao citado contexto de abertura incipiente do governo brasileiro<sup>13</sup>, Angola e Guiné-Bissau (que sofreram guerra civil e sucessivos golpes militares, respectivamente) ampliaram a necessidade de migração dos jovens africanos. Todos estes fatores, além do apresentado no item anterior, parecem ter influenciado o aumento massivo da entrada de estudantes pelo PEC-G revelado no gráfico 1.

Os africanos são originários, preponderantemente, de Cabo Verde e Guiné Bissau, conforme ilustra o Gráfico 2.

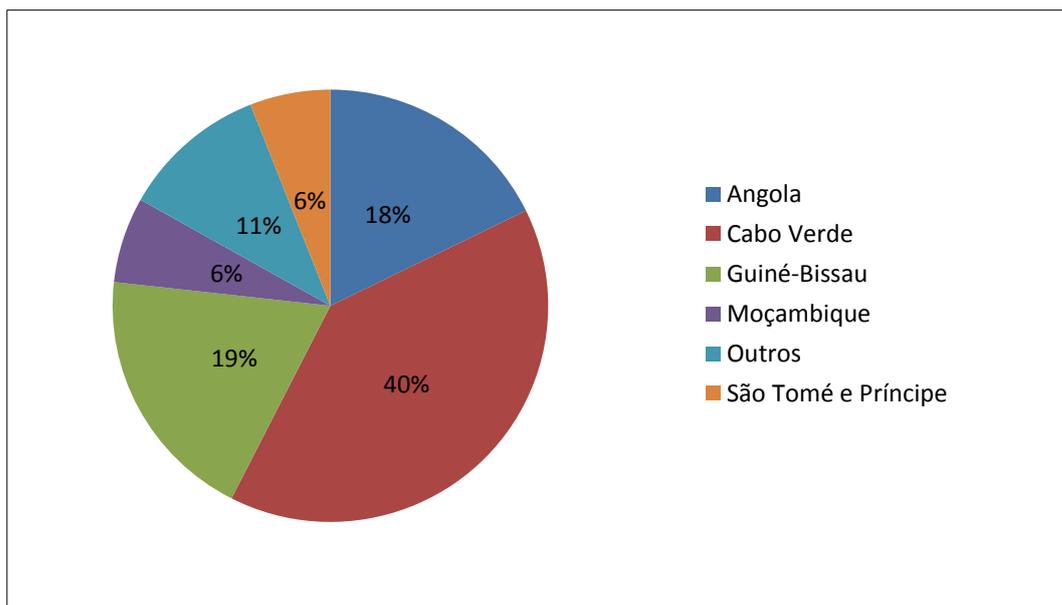


GRÁFICO 2: Proporção de estudantes dos PALOP e outros países da África

#### 4.2 - Distribuição nas IES e nos cursos de graduação

A Universidade de São Paulo, seguida da Universidade de Brasília, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, são as que receberam, ao longo do tempo, o maior número de estudantes PEC-G (acima de 200), conforme ilustra o Gráfico 3:

<sup>13</sup> Nos anos 1980 houve grande instabilidade política no Itamaraty - entre os governos Collor e Itamar Franco foram cinco os Ministros de Relações Exteriores (Saraiva, 2012).

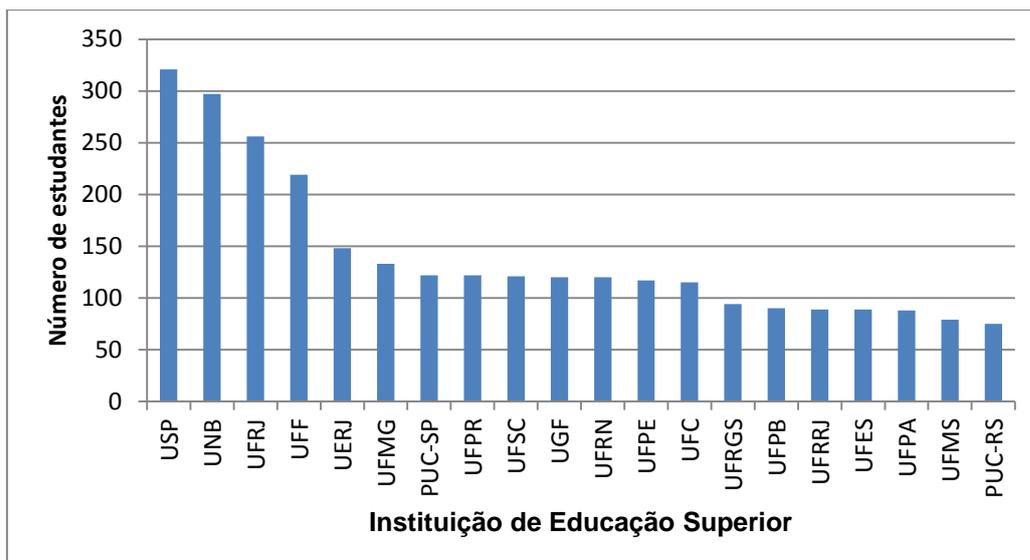


GRÁFICO 3 – Distribuição de estudantes por Instituição de Ensino Superior.

Ainda que o grupo de estudantes em cada IES seja pequeno em relação ao total de estudantes, na opinião do dirigente do MEC a presença dos estudantes PEC-G contribui em grande medida para o processo de abertura e internacionalização das universidades brasileiras, uma vez que “pessoas chave são formadas pelas universidades brasileiras, esses diversos alunos do PEC-G passam a ter como referência o Brasil.” Além disso, o PEC-G contribui para o conhecimento sobre as culturas de outros países. A gestora do PEC-G no MRE crê que as universidades consideram o Programa uma oportunidade de internacionalizar um pouco o brasileiro, no sentido que o brasileiro passa a ter contato com outras culturas, outros modos de vida, e não fica apenas com a visão direcionada para os países do Norte.

A distribuição dos cursos dos estudantes do PEC-G é outra informação interessante gerada a partir da análise da Planilha Geral do PEC-G. O Gráfico 4 apresenta esta distribuição, apenas considerando os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e outros países da África. O gráfico segue acompanhado pela Tabela 6, com os dados resumidos. Segundo os dados, os estudantes dos países de língua oficial portuguesa cursaram, ao longo do tempo, principalmente Administração (268), Ciências Econômicas, Direito, Comunicação Social, Ciências Sociais e Medicina.

Os cursos são uma escolha individual dos estudantes, a não ser em algumas exceções como Angola, que financia as bolsas estudantis por meio de seu Instituto Nacional de Bolsas, o INAB. Ao selecionar os estudantes, o INAB avalia a pertinência dos cursos para as demandas nacionais do país.

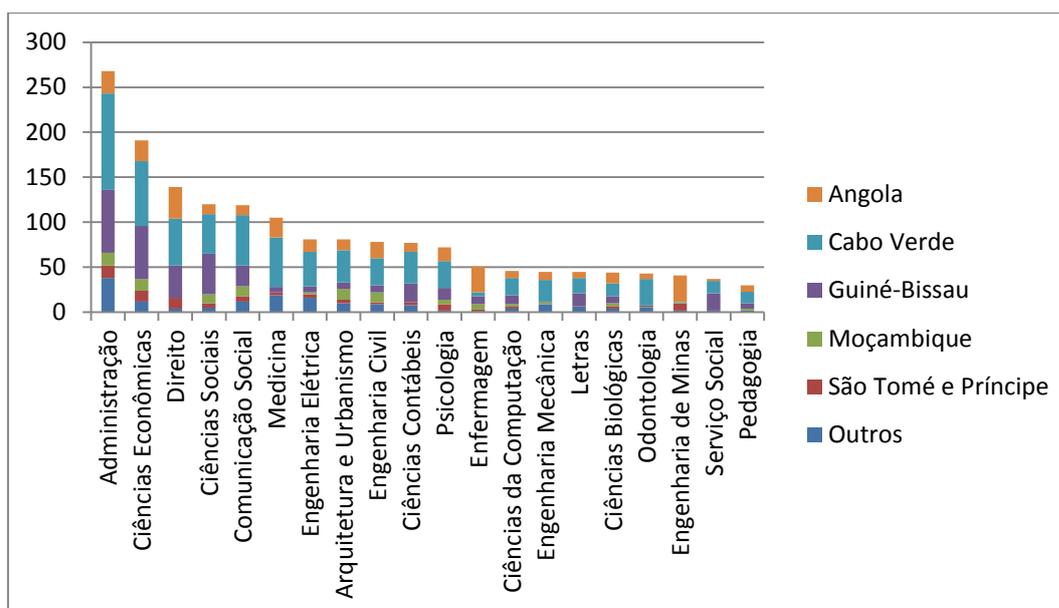


GRÁFICO 4 – Distribuição de estudantes por curso e por país

Cursos	São Tomé e Príncipe	Moçambique	Guiné-Bissau	Cabo Verde	Angola	Outros	Total
Administração	14	14	70	107	25	38	268
Ciências Econômicas	12	13	59	72	23	12	191
Direito	12		36	52	35	4	139
Ciências Sociais	5	10	45	44	11	5	120
Comunicação Social	6	11	23	56	11	12	119
Medicina	3		6	55	22	19	105
Engenharia Elétrica	4	2	7	38	14	16	81
Arquitetura e Urbanismo	4	12	7	36	12	10	81
Engenharia Civil	2	11	8	30	18	9	78
Ciências Contábeis	3		21	35	10	8	77
Psicologia	7	5	13	30	15	2	72
Enfermagem	2	6	9	4	29	1	51
Ciências da Computação	2	3	10	19	8	4	46
Engenharia Mecânica		2	1	24	9	9	45
Letras	1		14	17	7	6	45
Ciências Biológicas	3	3	8	14	12	4	44
Engenharia de Minas							
Serviço Social							
Pedagogia							

Odontologia		1	2	29	6	5	43
Engenharia de Minas	8	1		1	29	2	41
Serviço Social			19	14	2	2	37
Pedagogia		2	6	13	7	2	30
<b>Total</b>	<b>88</b>	<b>96</b>	<b>364</b>	<b>690</b>	<b>305</b>	<b>170</b>	<b>1713</b>

TABELA 1 – Distribuição de estudantes por curso e por país

### 4.3 - Tempo médio de permanência na graduação e sucesso acadêmico

Outro importante elemento que permite analisar resultados quantitativos do PEC-G é relativo ao tempo médio dos cursos de graduação do estudantes formados pelo PEC-G apresentado no gráfico 5:

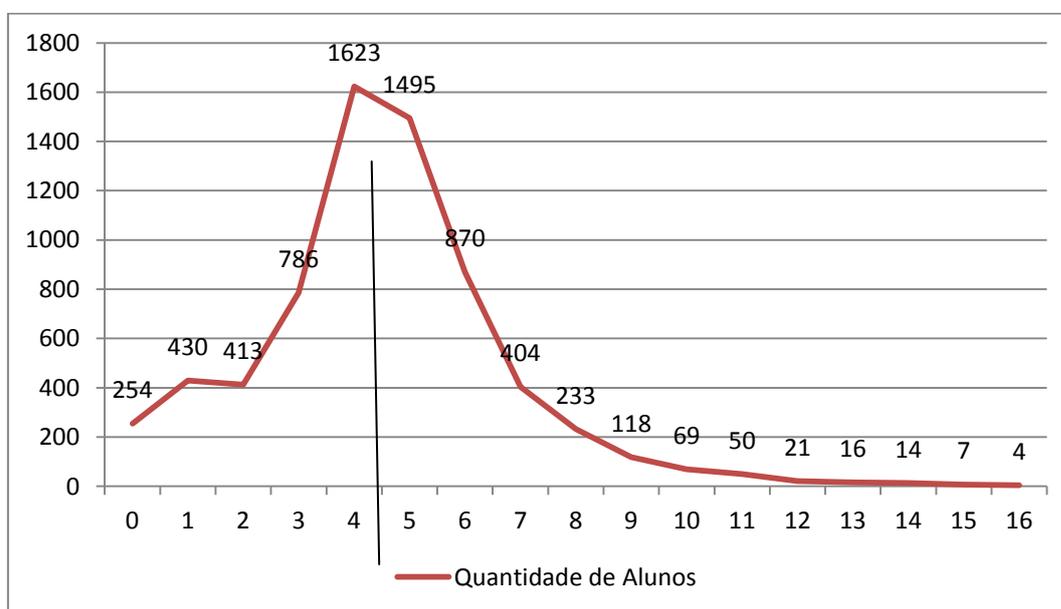


GRÁFICO 5 – Distribuição de estudantes por tempo de formação

O Gráfico 5 permite interpretar que a maioria dos estudantes cursou a a graduação em 4 ou 5 anos. A média segue a expectativa em relação ao tempo médio de graduação, e indica um resultado satisfatório em termos de sucesso acadêmico. Mas, segundo Andrade e Teixeira (2009):

Ainda que muitos estudantes internacionais possam concluir a graduação com relativamente poucas dificuldades, outros podem apresentar diversos sintomas relacionados à dificuldade de adaptação. (Andrade e Teixeira, 2009).

O período de permanência do estudante no Brasil lhe oferece uma experiência na qual ele vive intensamente a vida da Universidade em que está cursando sua graduação. A adaptação à vida no Brasil se dá especialmente no espaço universitário, e neste sentido as IES tem um papel fundamental na oferta de condições de adaptação destes estudantes, em especial no caso daquelas que recebem um grande número deles.

A Tabela 2 mostra, em ordem decrescente, a distribuição de estudantes por país de origem. Cabo Verde é o país com maior número de estudantes, seguido de Guiné Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Todos os outros países africanos somados dão apenas 453 estudantes registrados na Planilha Geral do PEC-G, ou seja, 10% de todos os estudantes provenientes da África (4.304). Dessa maneira, a análise da Planilha Geral do PEC-G se concentra nos países de língua oficial portuguesa, por terem o maior número de estudantes durante toda a duração do Programa.

País	Formados	Desligados	Transferidos	Sem Info	Total	% formados
Cabo Verde	1213	192	11	274	1690	71,77
Guiné-Bissau	479	109	23	221	832	57,57
Angola	495	145	24	102	766	64,62
Moçambique	208	35	3	46	292	71,23
São Tomé e Príncipe	168	22	-	55	245	68,57
Outros	260	114	2	64	440	59,09
<b>Total</b>	<b>2823</b>	<b>617</b>	<b>63</b>	<b>762</b>	<b>4265</b>	<b>67,1%</b>

TABELA 2 – Resultado da formação de estudantes por país de origem

Segundo os dados, aproximadamente 67% dos estudantes tiveram seus diplomas emitidos. Não há informação se estes diplomas foram retirados, uma vez que alguns estudantes acabam por preferir permanecer no Brasil. Outro dado de destaque é a quantidade de estudantes desligados no registro feito pelo MEC: 617 estudantes, 14,5% do total de africanos na matriz do MEC. Estudantes transferidos contam 1,6% dos dados. Ou seja, os dados permitem dizer que a proporção de formados é muito superior ao de transferidos ou desligados do Programa. Destaque necessário também para os 18% dos estudantes contabilizados que não possuem informação sobre emissão de diploma, transferência e desligamento.

## **2. Considerações sobre o PEC-G – por uma política de cooperação em educação superior**

Este artigo buscou caracterizar o PEC-G a partir dos documentos disponíveis e entrevistas com gestores das instituições coordenadoras e, a partir disso, fazer uma reflexão sobre seu potencial de contribuição para as IES brasileiras interessadas no processo de internacionalização da Educação Superior. Os dados e análises mostram que o programa segue realizando o que se propôs fazer desde quando foi criado, há 50 anos: facilitar a formação de estudantes de países em desenvolvimento. E o faz no mesmo formato de fazer com que os estudantes realizem, no Brasil, toda a graduação.

Ainda que as informações obtidas possam ser consideradas incompletas, os dados revelam que grande parte dos estudantes tem sucesso em seu objetivo, mesmo que nem sempre tenham bolsa dos países de origem e em condições adversas. Este sucesso talvez seja a principal razão pela qual o Programa vem sobrevivendo ao longo do tempo. Não obstante, no contexto das comemorações do seu cinquentenário, é fundamental refletir sobre a manutenção de seus objetivos de cooperação educacional no atual contexto da internacionalização das IES e, mais ainda, no da cooperação Sul-Sul, que vem acumulando significativa reflexão conceitual.

O potencial de contribuição do PEC-G para as instituições brasileiras que colaboram com o programa pode ser altíssimo, dado que todas já vem buscando sua inserção no atual cenário de internacionalização da Educação Superior de forma estrutural, não apenas periférica. (WITT apud MOROSINI, 2006). Além disso Morosini (2011) indica que pode ser observado aumento no interesse das IES do nosso país em desenvolver parcerias com suas congêneres do Sul - antes focado apenas nos países do Norte. Ainda como fator positivo, como destaca Lopes (2008), os países de África já não são os mesmos: o continente conta com diversas universidades com outra estrutura, outro interesse e, provavelmente, maior capacidade de definir seus interesses e estratégias de cooperação.

No entanto, o PEC-G atua como “um programa anacrônico”, conforme um dos entrevistados. Ele não vem acompanhando as transformações ocorridas mundialmente em termos de educação superior e de cooperação, que se traduzem em novas necessidades e demandas para a cooperação educacional no nível universitário. Deste modo, focado na formação profissional do indivíduo (e não nas instituições), ele não

fomenta parcerias interinstitucionais de modo que as IES interessadas (de África ou da América latina) participem do processo de definição das áreas científicas, da seleção dos estudantes e da absorção dos egressos no mundo do trabalho – e, assim, saiam fortalecidas. O programa parece tratar como se fossem “inconciliáveis” os interesses pessoais dos estudantes e o de IES brasileiras com foco na internacionalização. Com isso, desconsidera e não se relaciona com outros programas e políticas brasileiras formuladas nesse sentido – sejam de mobilidade acadêmica, de pós-graduação ou de pesquisas cooperadas. No limite, é o PEC-G que figura como periférico, enquanto as IES avançam em outra direção.

Outro aspecto fundamental para superar a concepção da década de 1960 está relacionado à sua adequação ao perfil dos participantes do programa, que passaram de beneficiários latinoamericanos para estudantes de países africanos. E, além disso, de países africanos de língua oficial portuguesa. Esta informação pode ser utilizada na hora do planejamento e implementação de ações do programa, uma vez que o diálogo entre instituições nacionais e parcerias interuniversitárias podem ser fortalecidas com os países mais presentes no PEC-G. A concentração de estudantes dos PALOP pode ser aproveitada no sentido de serem criadas parcerias bilaterais e multilaterais no espaço da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e articulação de programas com a Associação de Universidades de Língua Portuguesa (AULP). A construção de parcerias interinstitucionais e a aproximação de programas e ações internacionais poderia também ampliar a escolha e participação dos cursos e instituições, além de organizá-las de acordo com as demandas dos países e da oferta de trabalho para os egressos do programa.

Nessa linha, seria possível imaginar que os estudantes não precisam, necessariamente, seguir todo o curso no Brasil. Eles poderiam ter oportunidade, por exemplo, de fazer metade (ou grande parte) da graduação no Brasil, de acordo com sua principal demanda de formação – que, a princípio, também pode ser do interesse da IES e/ou do país do estudante.

Mas, para isso, quais mudanças seriam necessárias?

Em primeiro lugar seria necessário que o PEC-G passasse a ser visto e desenvolvido como uma política educacional de apoio e fomento à internacionalização da ES, não apenas como uma política externa, do contexto no qual foi criado. Para isso seria importante mudar a interlocução entre os gestores do programa e as IES

brasileiras, entre estas e os estudantes, bem como das diversas instâncias participantes do PEC-G entre si, a fim de fortalecer as instituições nacionais.

Seria fundamental também conciliar e aproximar o PEC-G das políticas voltadas à internacionalização da ES, formuladas e implementadas desde o Ministério da Educação, por meio de suas autarquias, especialmente a CAPES<sup>14</sup>. E, finalizando, criar estratégias para inserir os estudantes do PEC-G na vida acadêmica. Ainda que o grupo de estudantes em cada IES seja pequeno em relação ao total, na opinião do dirigente do MEC a presença dos estudantes PEC-G contribui em grande medida para o processo de abertura e internacionalização das universidades brasileiras.

---

<sup>14</sup> Um dos programas desenvolvidos pela CAPES que estimula a mobilidade entre países da CPLP é desenvolvido em parceria com AULP. <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pro-mobilidade-internacional-capes-aulp> - Consultado em 20/03/2015

**BIBLIOGRAFIA**

- ANDRADE, Ana J., Teixeira, M. Adaptação à universidade de estudantes internacionais: Um estudo com alunos de um programa de convênio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, , 10(1), pp. 33-44, 2009.
- AZEVEDO, Mário L. N.; Catani, Afrânio, M., Educação Superior, Internacionalização e Circulação de Ideias: Ajustando os Termos e Desfazendo Mitos. *Revista Inter Ação*, [S.l.], v. 38, n. 2, p. 273-291, 2013.
- AYLLON, Bruno. e Surasky, Javier. *La Cooperación Sur Sur em latinoamerica – utopia y realidad*. Pag 69 a 91. Ed. Catarata. Espanha, 2010.
- COSTA, Ana Bénard. Emigração de quadros, formação superior e desenvolvimento: o caso de Moçambique. *Pro-Posições*, v. 20, n. 1, p. 127-145, jan./abr, Campinas, 2009.
- CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. ArtMed, Porto Alegre, 2007.
- LEOST, José. *La cooperación internacional para el desarrollo: Una aproximación teórico-política*. Fundación Carolina, 2010.
- LOPES, Carlos. Os quatro desafios para a cooperação acadêmica. In Tolentino, et al (Org), *África-Europa: Cooperação Acadêmica*. Fundação Friedrich Ebert, 2008.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Manual do Programa Estudante Convênio de Graduação*. Secretaria de Educação Superior, Ministério da Educação 2000. Disponível em [https://www.ufpe.br/proacad/images/pec\\_g/pecg\\_manual%20e%20protocolo%20em%20vigor.pdf](https://www.ufpe.br/proacad/images/pec_g/pecg_manual%20e%20protocolo%20em%20vigor.pdf) – consultado em 26/03/2013.
- MOROSINI, Marília C., Estado do conhecimento sobre internacionalização da Educação Superior: conceitos e práticas. *Educar em Revista*, v. 28, p. 107-124, 2006.

\_\_\_\_\_Internacionalização da produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. Educação em Revista (UFMG. Impresso), v. 27, p. 93-112, 2011.

RIBEIRO Cláudio Oliveira. As relações Brasil-África entre os governos Collor e Itamar Franco. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 1. janeiro-junho pp. 289-329. Brasília, 2009.

SARAIVA, J. Flávio, África parceira do Atlântico. Relações Internacionais do Brasil e da África no início do Século XXI, Fino Traço, 2012.